

## AMBIGUIDADE, PARÁFRASE E DESAMBIGUIZAÇÃO

Marília Blundi Onofre<sup>1</sup>

Cássia Regina Coutinho Sossolote<sup>2</sup>

**Resumo:** As discussões aqui propostas desencadeiam-se em torno do tema ambiguidade, considerando as diferentes configurações que esse termo recebe nos estudos linguísticos. Dada a complexidade que essa questão recobre, à medida que envolve o modo de se ver o processo de significação linguística, centramos nossas observações no quadro da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, em sua relação com o ensino de língua. Sob essa ótica, a ambiguidade passa a ser concebida como um fenômeno de linguagem, e, como tal, pode ser explorada no ensino-aprendizagem de língua.

**Abstract:** The discussions proposed here unfold around the topic of ambiguity, considering the different configurations that this term receives in linguistic studies. Given the complexity that this issue covers, insofar as it involves the way of seeing the linguistic meaning process, we focus our observations on the Theory of Enunciative and Predicative Operations in its relation to language teaching. From this perspective, ambiguity can be conceived as a language phenomenon, and as such, can be explored in language learning and teaching.

### Introdução

Assumimos em nossos trabalhos de pesquisa a concepção da articulação entre a língua e a linguagem que está na base da *Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas* (TOPE), tal como foi proposta pelo teórico francês Antoine Culioli, buscando compreender as suas possíveis contribuições para o exercício de ensino de línguas, em particular, de língua portuguesa como língua materna. Embora a teoria proposta por Antoine Culioli não esteja voltada para o ensino de línguas, tendo estatuto epistemológico de uma teoria de linguagem, seus pressupostos dialogam com o construtivismo e, é, desse lugar, que se propõe uma ponte com o ensino.

A reflexão que trazemos aqui se faz por meio do conceito de ambiguidade, central em diferentes abordagens semânticas, assim como na TOPE, na qual recebe outra configuração tal como procuramos mostrar.

---

<sup>1</sup> Departamento de Letras; Universidade Federal de São Carlos; UFSCar; blundi@uol.com.br

<sup>2</sup> Departamento de Didática; Faculdade de Ciências e Letras; Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho"; UNESP; soso@fclar.unesp.br

Iniciamos nossa discussão por meio da exposição de um conjunto de definições do fenômeno da ambiguidade apresentado por alunos de um curso de Letras. Tais definições revelam-nos que o tópico “significação” continua embaralhado em questões que se voltam ora para o objetivismo ora para o subjetivismo, ainda que em teoria se defendam modelos dialógicos.

### **Problematizações**

Para discutir a relação língua-linguagem de uma perspectiva que não nos leve a tomar tais termos como sinônimos e para saber como os alunos articulam aos saberes sobre a ambiguidade uma reflexão sobre a língua, pedimos a alunos do 4º ano do curso de Letras que definissem o fenômeno em pauta.

Destacaremos algumas definições que serão discutidas *a posteriori*.

I1: A ambiguidade é a possibilidade de uma mensagem ter dois sentidos. Ela geralmente é provocada pela má organização das palavras na frase. Ela surge quando algo que está sendo dito admite mais de um sentido, comprometendo a compreensão do conteúdo. Isso pode suscitar dúvidas no leitor e levá-lo a conclusões equivocadas na interpretação do texto. Assim, a ambigüidade é um caso especial de polissemia, pois há em seu uso a possibilidade de uma palavra apresentar vários sentidos em um contexto.

I2: Podemos inferir que um texto assume um caráter ambíguo quando dá margem a uma dupla interpretação. Para eliminarmos a ambiguidade em um texto e deixá-lo coeso e coerente, precisamos empregar as classes gramaticais de maneira adequada e, sobretudo, precisamos manter a referência daquilo que queremos abordar. Podemos utilizar sinônimos, pronomes (este, esse e aquele), para mantermos a coerência e evitar o sentido ambíguo na produção textual.

I3: Em certos casos, a ambiguidade pode se transformar em um importante recurso estilístico na construção do sentido do texto. O apelo a esse recurso pode ser fundamental para provocar o efeito polissêmico do texto. Os textos literários, de maneira geral (como romances, poemas ou crônicas), são textos com predomínio da linguagem conotativa (figurada), assim como textos publicitários e de propaganda. Nesse caso, o caráter metafórico pode derivar do emprego deliberado da ambiguidade.

I4: O fenômeno da ambiguidade, existente em qualquer língua natural, surge quando o que é dito assume mais de um sentido, tornando-se, dessa forma, plurissignificante. Ela pode estar presente devido a problemas de compreensão do conteúdo – levando o leitor à dúvida – ou, pode atuar – intencionalmente – como um importante recurso estilístico na construção de sentido do texto.

De maneira geral, nos textos literários há o predomínio da linguagem figurada, por isso, a polissemia e outros recursos são fenômenos produtivos de jogos de palavras que enriquecem o conteúdo textual, revelando-se uma riqueza da expressão linguística.

I5: É a ambiguidade o elemento construtor de humor nos textos. Para compreendê-lo, é necessário que o leitor “se mova” de certa forma no texto, já que esses elementos polissêmicos operam em sentidos indiretos, implícitos. Assim, pode-se notar o quanto existe de atividade na produção de leitura dos textos de humor, pois o leitor não é mero receptor de informações do autor. Cabe ao leitor fazer operações epilinguísticas, além de conhecimentos sobre a língua, sobre comportamento lingüístico que opera um sujeito em determinada situação sobre o contexto em que se produziu o texto. É a ambiguidade o elemento construtor de humor nos textos.

I6: No que tange as ambiguidades, fica claro que os problemas vêm da dificuldade que um receptor (valendo-se, nesse caso, da teoria da comunicação de Bakhtin) tem de acessar os vários sentidos e as várias significações que estão implicadas na escolha, por um emissor, de determinadas palavras para comporem sua mensagem. Dito de outra maneira, o receptor não consegue entender que o contexto em que são empregadas determinadas palavras faz com que elas tomem significações outras, sendo assim, a situação de comunicação não se “fecha” e a mensagem não chega ao interlocutor, no caso o receptor, da maneira correta.

O que tais definições nos mostram sobre as representações dos alunos sobre o fenômeno da polissemia?

Em primeiro lugar, que ela pode resultar de uma má organização das palavras no interior de uma frase ou de um texto em relação a determinado contexto. Uma forma de fazer com que um texto deixe de ser ambíguo implicaria no uso cuidadoso dos elementos coesivos para garantir a coerência textual. Parte-se, assim, do princípio de que os textos podem ter um único sentido.

Uma outra forma de explicar a ocorrência da ambiguidade está relacionada aos gêneros discursivos. Admite-se, pois, que a ambiguidade pode constituir propriedade de determinados textos. Em outras palavras, pressupõe-se que ela possa ter uma regularidade enunciativa em relação a alguns gêneros de discurso.

Observe o leitor que as definições vão nos colocando diante de uma profusão de termos que nos levam a aproximar a ambiguidade da polissemia; do estilo; da linguagem conotativa; da metáfora; da linguagem figurada.

Outras questões sobressaem que dizem respeito aos enunciadores. Quando se pensa naquele que produz o texto, admite-se que a ambiguidade pode ser produzida intencionalmente ou não, segundo o depoimento de outro informante.

I7: A ambigüidade pode ser usada de modo não intencional. Em contrapartida, observamos que a ambigüidade também pode ser intencional, quando usada como artifício literário [...]

Do ponto de vista daquele que escuta ou daquele que lê um texto, parte-se de um outro princípio: o de que o leitor não foi capaz de apreender os conteúdos ali produzidos. Posição contrária assume o I8.

I8: A ambiguidade [...] acontece em função da polissemia, ou seja, das várias formas de leitura que um mesmo texto pode ter devido aos diferentes contextos e experiências de vida que o leitor pode trazer, influenciando com isso a leitura.

É a primeira vez que se leva em consideração o modo como os fatos empíricos ligados à experiência dos indivíduos podem produzir a ambiguidade, independente da intenção de significação daquele que se apresenta como autor do texto. Nesse sentido, a ambiguidade não constituiria um defeito dos textos, embora não possamos negar que existam textos mal formados.

A ambiguidade também foi definida levando-se em conta a função do texto, voltado para a produção do humor.

A despeito de não se distinguir linguagem e língua, a melhor definição, salvo engano, é aquela do I9<sup>3</sup>.

I9: Segundo Max Muller, a linguagem é por excelência ambígua.

Como observamos acima, por meio das definições de ambiguidade formuladas pelos alunos, as noções de língua e linguagem confundem-se como termos sinônimos. Nesse sentido, ora a língua é observada como se recobrisse a linguagem, ora essa última é tomada como

---

<sup>3</sup> Estamos conscientes de que as definições apresentadas pelos informantes nem sempre apresentam alto grau de coerência.

norteadora das análises, fato que compromete a percepção dos alunos sobre a sua importância e sobre a relação sujeito e objeto na produção dos sentidos.

Podemos dizer que essas várias maneiras de referir-se à ambiguidade ancoram-se em questões acerca da significação muito discutidas ao longo da história. Depois de superada a controversa relação entre o natural e o convencional, oposição que alimentava as discussões filosóficas sobre os possíveis modos de ser da significação na antiguidade, outras dicotomias impuseram-se. Agora, não mais se questionava o fato de que a significação linguística é gerada por uma convenção social. O novo questionamento, então, passou a ocorrer em torno do modo de ser convencional, que se dividia em posições realistas, de um lado, priorizando o objeto na relação com o sujeito, e em posições mentalistas de outro, priorizando o sujeito. Essa dualidade, que não se resolveu ainda hoje, explicita-se em meio aos linguistas, havendo entre eles os mais diferentes posicionamentos, mesmo entre aqueles que defendem a articulação entre sujeito e objeto.

Benveniste (1966, 1995) discutiu tal problemática em seu capítulo *Natureza do signo linguístico* ao afirmar sobre a relação entre o significante e o significado, como se segue: *Entre o significante e o significado, o laço não é arbitrário; pelo contrário, é necessário* (BENVENISTE, 1995, p. 55)

Observamos que a intenção de Benveniste fora ressaltar que o princípio da arbitrariedade do signo já estava posto, e que, a explicação para tanto, apresentada pelos discípulos de Saussure, no curso (CLG), não era conveniente ao próprio pensamento do linguista que defendia uma sistematização linguística autônoma, alheia às polaridades quer do realismo quer do mentalismo. E é por isso que afirma que a língua é forma e não substância.

O mesmo Benveniste que apontara que para haver significação faz-se necessária a relação entre o significante e o significado, mostrando que a significação constitui-se pela língua, independente de suas correspondências mundo real ou mental, também incorrera no mesmo deslize de Saussure, ao afirmar que há *entidades que têm na língua estatuto pleno e permanente* (BENVENISTE, 1989, p. 86), e que se diferenciam de outra classe de signos que somente ganham existência por meio da enunciação. Atribuir tais características a essas duas classes de palavras, uma sendo da ordem da língua, e outra da ordem do discurso, implica, podemos dizer, recorrer

aos mesmos argumentos empregados, respectivamente, pelo realismo e pelo mentalismo. Isso se confirma com a conceituação apresentada aos índices da enunciação como uma classe de signos que *não poderiam surgir nem ser empregados no uso cognitivo da língua* (BENVENISTE, 1989, p. 86).

Essas considerações mostram-nos o quanto é difícil abordar a significação sem tocar em problemas relativos aos objetos e aos sujeitos, e, ao mesmo tempo, mostram-nos onde se apóiam os conceitos de identidade semântica (o sentido de uma palavra é o seu referente no mundo) ou de equivalência semântica (mais de uma palavra pode referir-se ao mesmo referente, ou uma mesma palavra pode referir-se a mais de um referente etc), a partir dos quais se explicam, tradicionalmente, os fenômenos da sinonímia, da antonímia, da homonímia, da polissemia, no nível da palavra, e da paráfrase e da ambigüidade, no nível do texto. A paráfrase e a ambigüidade, por exemplo, são concebidas, nesse contexto, como duas (ou mais) leituras possíveis construídas por um (ou mais de um) sujeito, tendo em vista os princípios da identidade ou da equivalência semântica. Trata-se de dois conceitos imbricados, o primeiro referindo-se a mais de uma forma para a mesma significação, e o segundo para uma mesma forma que permite mais de uma interpretação. Confundem-se, nessa perspectiva, noções que se justificam por meio do mundo real bem como por meio do mundo mental.

A consciência de Benveniste sobre a impossibilidade de resolver a dialética entre o espírito e o mundo, problemática envolvida na compreensão da significação, levou-o a considerar que o linguista tem de deixar de lado essa questão. Nesse sentido, reafirma que

é preciso abstrairmo-nos da adequação do signo à realidade com maior razão devemos considerar o valor apenas como um atributo da forma, não da substância. Daí, dizermos que os valores são relativos significa que são relativos uns aos outros (...). Trata-se, aqui, não mais do signo isolado mas da língua como sistema de signos (...). A relatividade dos valores é a melhor prova de que dependem estreitamente uns dos outros na sincronia de um sistema sempre ameaçado, sempre restaurado. (BENVENISTE, 1995, p. 59)

Essa posição de Benveniste reafirmou suas bases estruturalistas, à medida que procurava sistematizar princípios linguísticos propostos por Saussure, especialmente, sobre a natureza do signo linguístico, julgando que, do modo como se apresentavam, davam margem para se supor que o linguista não havia superado as controvérsias características da clássica relação entre o

objetivismo e o subjetivismo, tal como pretendia. Benveniste (1995), pode se dizer, faz uma releitura dos escritos de Saussure e tudo o que diz sobre o signo não deixa de indicar uma outra leitura dos conceitos de identidade semântica e equivalência semântica, mesmo privilegiando o paradigma da língua.

### **A Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas e o fenômeno da ambiguidade**

A relação entre sujeito e objeto, que Benveniste sempre perseguiu, sem que conseguisse transpor os paradigmas da língua e do discurso, será considerada por Culioli sob outra perspectiva, agora dialógica, sem, no entanto deixar de levar em conta a forma.

Podemos dizer que Culioli busca, por meio da enunciação linguística, a forma de uma substância. Assim, a enunciação vem a ser um sistema de referência léxico-gramatical-discursivo resultante da atividade de linguagem realizada por interlocutores. Tal atividade é mediada por fatores psico-físico-culturais, ao mesmo tempo estáveis e plásticos, traduzidos pela materialidade linguística. É dessa forma que Culioli propõe a articulação entre a linguagem e a língua, transpondo os paradigmas constituídos de um lado pelos objetos e de outro pelos sujeitos. A linguagem é concebida, então, tanto sob o ponto de vista objetivo como subjetivo, porém, esses dois conceitos interpenetram-se e não são mais vistos como estanques.

O diferencial proposto pela TOPE está nas operações de representação mental, referenciação linguística e regulação intersubjetiva que sustentam a atividade de linguagem. A representação mental refere-se à forma de apreensão do mundo pelo sujeito, que deixa seus traços na referenciação linguística. Essa vem a ser a forma de expressão do sujeito pela língua, e, por sua vez, resulta da regulação intersubjetiva, que corresponde à equilibração entre os sujeitos. Ainda que se afirme sobre a representação mental, podemos somente inferi-la por meio dos traços linguísticos que são sua expressão, mas não podemos explicá-la, uma vez que se trata da ordem mental, e, portanto, um campo inacessível ao linguista.

Sob essa perspectiva, a linguagem é vista como um processo gerador, acessível somente por meio da materialidade linguística. Relacionam-se, no plano da linguagem, o lugar da invariância linguística, e no plano da língua, as variantes linguísticas. A invariância linguística diz respeito às relações chamadas por Culioli de primitivas, momento em que se relacionam as noções semânticas antes mesmo de estarem organizadas (quanto à ordem de predicação) e

enunciadas (instanciadas em um sistema enunciativo). A invariância é considerada pré assertada e coincide com a atividade epilinguística, entendida como um processo linguístico não consciente. A passagem desse nível, primitivo, aos seguintes, chamados predicativos e enunciativos, dá-se pela forma linguística e corresponde à atividade linguística. Vê-se, portanto, que o trabalho de um analista, linguista ou professor, como a que nos propomos, consiste em traçar uma relação entre o linguístico e o epilinguístico, realizando, assim, a atividade metalinguística, e encontrando aí a articulação entre a objetividade e a subjetividade.

Nesse modo de conceber o processo enunciativo, reconfiguram-se as noções acerca da significação linguística e o fenômeno da ambiguidade passa a ser considerado como parte da natureza da linguagem. A linguagem é por princípio indeterminada e ambígua e tem como função a desambiguação. Esse processo é contínuo e pode desencadear-se pelas possíveis regulações que uma dada referência linguística pode despertar. Assim, a ambiguidade e a desambiguação estão potencialmente instaladas no sistema de referência linguística, por meio das várias possibilidades de organização desse sistema. Essas possíveis formas de referência correspondem às glosas ou relações parafrásticas a que os sujeitos enunciadores recorrem para a enunciação. Posta uma dada situação enunciativa, representada por  $Sit^0 = S^0$  (enunciador),  $E^0$  (espaço),  $T^0$  (tempo-aspecto), que vem a ser a enunciação origem, desencadeiam-se as demais cadeias enunciativas ( $Sit^1$  etc) e a questão da des-ambiguação pode surgir em qualquer ponto da cadeia, na atividade dialógica entre os enunciadores em causa, quer dizer, na relação entre a linguagem e a língua. Tais fenômenos se dão na leitura (seja na produção ou interpretação de texto) entre os enunciadores em interação. Trata-se, pois, de uma desequilíbrio entre enunciadores, mais ou menos consciente ou provocada, gerada entre as operações de representação mental, referência linguística e regulação intersubjetiva.

Para deixar menos árida a nossa discussão, trazemos aqui um exemplo. O enunciado, em itálico, produzido por M. com a idade 8:5<sup>4</sup> demonstra um exercício de linguagem que explicita o jogo entre a ambiguação e a desambiguação.

Vejamos, então,

Pela primeira vez, Mariana fez as provas na Escola sabendo que ia fazê-las. Até o ano passado os alunos eram informados que se tratava de "atividade individual". Na

---

<sup>4</sup> Na breve análise que faremos, não nos preocuparemos com o valor de verdade do enunciado que acaba de ser citado.



prova de matemática, Mariana pediu ajuda à Verena (sua amiguinha). A professora viu e disse que ia tirar pontos das duas. Mariana e Verena argumentaram e a professora ficou de pensar. Quando Mariana me contou sobre o ocorrido eu disse:

*– Mas a professora não avisou que não podia conversar? Mariana respondeu: – Mãe, a professora disse que não podia conversar, mas não falou que não podia ensinar.*

Pela situação enunciativa instaurada, vemos que o domínio nocional de <conversar> e <ensinar> ganham contornos diferentes para os enunciadores envolvidos nas enunciações, fato que provoca a ambiguidade. Podemos inferir que M. relaciona ao <conversar>, noções semânticas como <dispersar-se em aula>, <distrair-se>, dado o seu contexto experiencial, e exclui desse domínio o <conversar sobre a matéria>, que corresponderia ao <ensinar>. Para os outros enunciadores, professora e mãe, esses diferentes domínios nocionais não estavam postos, e sim os domínios nocionais de <fazer prova>, que implicam <não conversar>, <não ensinar>, entre outros. Ainda que possamos inferir sobre isso, esse será um referencial em torno do qual os novos diálogos se darão, visto que não podemos afirmar sobre o que provoca de fato o desequilíbrio entre os enunciadores. O que queremos dizer é que a equilibração entre eles somente pode se dar por meio dos outros diálogos que irão se suceder, e esse ponto de equilíbrio pode não ocorrer nesse momento, por meio das glosas linguísticas que serão então construídas.

Vemos aqui aproximação da TOPE com o construtivismo. O papel do ensino, diante de enunciados como esse, é provocar um exercício metalinguístico fazendo o aluno trabalhar com as operações epilinguísticas e linguísticas, sem garantia do momento em que haverá a equilibração. Esse processo é, por isso, construtivo e à medida que ocorre, provoca uma reconstrução de valores significativos sempre mais ou menos estáveis e provisórios, edificados pelas situações enunciativas.

### **Considerações Finais**

As reflexões apresentadas sobre o fenômeno da ambiguidade e, por sua vez, da paráfrase sob a perspectiva da Teoria das Operações Predicativas e Enunciativas, levam-nos a afirmar, sobre as definições apresentadas pelos alunos, que todas são verdadeiras, no entanto, elas respondem às pontualidades que podem provocar a ambiguidade, instalando-se ora na representação mental ora na referenciação linguística ora na regulação intersubjetiva, e, nesse sentido, não definem o fenômeno ambiguidade como tal. Pretendemos, por meio do quadro teórico adotado, propor, no São Carlos, Linguagem, v.24 (1): 2015.

ensino de língua, exercícios que explorem a articulação entre a linguagem e a língua, tendo em vista desenvolver a capacidade discursiva dos alunos. Nesse sentido, os fenômenos de ambiguidade e paráfrase reconfiguram-se, assumindo, assim, lugar central nessa atividade de linguagem.

## REFERÊNCIAS

BENVENISTE, Émile. *Problemas de lingüística geral II*. 4 ed. Trad. Eduardo Guimarães et al. Campinas: Pontes, 1989.

\_\_\_\_\_. *Problemas de lingüística geral I*. 4. ed. Tradução de Maria Glória Novak e Luiza Neri. Campinas: Pontes, 1995.

## OBRAS RECOMENDADAS

CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation: operations et representations*. Paris: Ophrys, 1990, v.1.

CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation: formalisation et opérations de repérage*. Paris: Ophrys, 1999a, v.2.

CULIOLI, A. *Pour une linguistique de l'énonciation: domaine notionnel*. Paris: Ophrys, 1999b, v.3.

*Recebido em 20/09 2015. Aceito em 18/12/2015.*